



BOLETIM DO ASSOCIADO

Agente de segurança



Reunidos em assembleia geral no dia 9 de dezembro, os agentes de segurança do TRT11 discutiram com o presidente do SitraAM/RR, Luiz Cláudio Corrêa, a devolução da contribuição previdenciária sobre a Gratificação de Atividade de Segurança (GAS), retida pelo regional, assim como as resoluções do Encontro Nacional dos Agentes de Segurança, ocorrido no mês de novembro.

A assembleia ocorreu no auditório do prédio do TRT11 e contou também com a participação do diretor do núcleo de segurança no SitraAM/RR, Rui Adriano de Araújo. Segundo Corrêa, ficou decidido que o sindicato deve entrar com o pedido administrativo junto ao TRT 11, requerendo a devolução dos valores cobrados indevidamente a título de Previdência sobre a GAS. “A matéria será protocolada e assinada pela assessoria jurídica do SitraAM/RR, antes do recesso forense”, informou o presidente. Em nível nacional, conforme informado pelo representante da Agepoljus no Amazonas, Celio Guerra, a associação recomenda a entrada do pedido para devolução do desconto aos agentes. Em novembro, o TRT já suspendeu o desconto do PSS (Plano de Seguridade Social) sobre a GAS.

SERVIDOR SOB FOGO CRUZADO Reforma administrativa com mais ataques

Embora o projeto oficial da Reforma Administrativa tenha ficado para 2020, na realidade ela já está em andamento, acentuando cada vez mais as perdas dos trabalhadores do serviço público, já combalidos pelas reformas Trabalhista e Previdenciária. Agora o governo mira na estabilidade e nos salários da categoria. Um dos objetivos é aproximar o salário dos servidores públicos aos que têm função equivalente na iniciativa privada, e acabar com o que o governo chama de “altos salários” do funcionalismo.

A proposta a ser enviada ao Congresso Nacional prevê corte de cargos comissionados, alteração nas regras de contratação, salário, jornada e estabilidade. As novas regras, em tese, só valem para os novos servidores, aprovados em concursos pós-reforma. Porém, não é bem assim, já que Bolsonaro levou à casa legislativa um pacote de propostas que, em síntese, representa a destruição do serviço público. Composto pela PEC Emergencial (186), PEC dos Fundos Públicos (187) e PEC do Pacto Federativo (186), o ‘Plano Mais Brasil’ é um ataque ao papel do Estado e às garantias orçamentárias previstas na Constituição para a execução dos serviços públicos. Também chamada de PEC do Gatilho, a ‘186’ prevê mecanismos para impedir a concessão de reajustes salariais; a criação de novos cargos e a reestruturação de carreiras; a criação de verbas indenizatórias e a realização de concursos públicos. O texto também possibilita a suspensão da progressão funcional e a redução da jornada em 25% com redução proporcional do salário dos atuais servidores. As medidas são automáticas (gatilho) por dois anos.

Dessa forma, a Reforma Administrativa que virá em 2020 terá pouca coisa a acrescentar. “O que precisaria fazer além do que já está na PEC 186? Acabar com Regime Jurídico Único, mexer no estágio probatório (aumenta de 3 para 10 anos) e dar garantia de estabilidade para as carreiras exclusivas de Estado”, avalia o assessor do Diap, Antônio Queiroz.

Conforme ele, a redução do salário vai depender de ato do titular do Poder. “No caso do Judiciário terá que ter um ato de órgão do Poder Judiciário nessa criação. Eu acho que na atual gestão da presidência do Supremo isso não ocorrerá, mas na gestão do ministro Fux eu não tenho a menor dúvida de que começa o ajuste drástico no Judiciário”, esclarece.

A Fenajufe reforça a urgência de unicidade dos servidores públicos para lutar contra o pacote do ‘desmonte’. Para a entidade, é necessário fazer o enfrentamento para desconstruir a narrativa do governo de que os servidores públicos oneram o Estado brasileiro e que a retirada de direitos é necessária para a economia do país.

SitraAM/RR no Encontro do Colejur

Engajado em todas as ações que defendem os direitos dos trabalhadores do serviço público, o SitraAM/RR esteve presente no 24º Encontro Nacional do Coletivo Jurídico da Fenajufe (Colejur), em Brasília, nos dias 27 e 28 de novembro. A entidade foi representada pela advogada Fernanda Kelen Sousa, do escritório Gomes e Bicharra, que responde pela assessoria jurídica do sindicato.

O Colejur 2019 traçou estratégias e serviu como alerta da categoria em relação aos ataques do governo Bolsonaro ao serviço público. “Tanto para o sindicato de base quanto para a assessoria jurídica é extremamente importante estar nesses encontros jurídicos, é um momento de socializar, obter o suporte da Federação e de entender como a gente tem que se alinhar e traçar estratégias juntos”, afirmou Fernanda Kelen.

De acordo com a Fenajufe, o evento discutiu, entre seus principais temas, a análise política, as maldades do Plano Mais Brasil, Reforma Administrativa, PLS 116 e Quintos. A ideia foi trazer pautas que mesclassem a conjuntura política-econômica-jurídica com projetos que tramitam no Congresso Nacional e temas que já tramitam no Poder Judiciário e Administração Pública.

Para ao presidente do SitraAM/RR, Luiz Cláudio Corrêa, devido a atual conjuntura política, a participação do sindicato é cada vez mais relevante nos eventos nacionais. “Nossa intenção é de voltar a participar de todos os fóruns de debate da categoria, principalmente os de interesse político e jurídico, que são o carro-chefe da existência sindical”, afirma Corrêa.



Confraternização e visita ao Fórum de Boa Vista

O presidente do SitraAM/RR, Luiz Claudio Corrêa, e o diretor do núcleo dos aposentados, Edmilson Marinho, estiveram, no dia 13 de dezembro, em visita ao Fórum Trabalhista de Boa Vista (RR).

Além de um diálogo mais próximo com os servidores, eles também aproveitaram o momento para uma confraternização de fim de ano com os filiados à entidade.



“Visitamos os setores para conversar com os servidores, falar sobre as atividades sindicais e recolher demandas que surgissem durante o diálogo, principalmente sobre saúde e relacionadas ao assédio moral aos trabalhadores”, informou Corrêa.

Audiência no TRT

O presidente do SitraAM/RR, Luis Cláudio Corrêa, e a vice-presidente da entidade, Eusa Braga, estiveram em audiência com o presidente do TRT11, desembargador Lairton Veloso no dia 16 de dezembro para tratar de demandas dos servidores, principalmente relacionadas ao passivo de Quintos.

“O sindicato levou ao conhecimento da presidência o clamor dos servidores que estão sem receber passivos há alguns anos e esperam ansiosos por uma sinalização positiva por parte da administração, no sentido de que seja vista a situação dos servidores como um todo e não apenas uma pequena parcela, conforme a ordem da lista de espera de classificação dos passivos”, comentou Eusa Braga.

Já o presidente do TRT11 argumentou que a administração do tribunal está presa às normas estabelecidas na legislação, bem como às determinações do CSJT. Ou seja, caso seja encaminhada verba suplementar para o pagamento de passivos, a suplementação orçamentária já virá com destinação determinada pelo CSJT e ao gestor resta apenas equalizar os pagamentos de forma a atender as determinações legais. No entanto, Lairton garantiu que envidará todos os seus esforços no sentido de buscar uma maneira de atender o pleito do sindicato.

